



**Universidade:
presente!**

UFRGS
PROPEAQ

XXXI SIC

21. 25. OUTUBRO. CAMPUS DO VALE

Salão UFRGS 2019
CONHECIMENTO FORMACÃO INOVACÃO

Evento	Salão UFRGS 2019: SIC - XXXI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2019
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	Saúde bucal autorreferida e sua relação com a posse de plano privado de saúde exclusivamente odontológico e com as condições de saúde bucal
Autor	MARIA EDUARDA FERREIRA DE ANDRADE
Orientador	LUCIANE MARIA PILOTTO

Saúde bucal autorreferida e sua relação com a posse de plano privado de saúde exclusivamente odontológico e com as condições de saúde bucal

Maria Eduarda Ferreira de Andrade – Universidade do Vale do Taquari

Luciane Maria Pilotto – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Em 2013, 27,2% dos brasileiros adultos possuíam plano privado de saúde (PPS) e destes 5,4% tinham plano exclusivamente odontológico. Apesar disto, muitos indivíduos com plano privado utilizaram o sistema público ou pagaram diretamente do bolso para usar os serviços de saúde. Ainda, indivíduos com plano privado de saúde utilizaram mais os serviços de saúde e relataram melhores condições de saúde em relação aos indivíduos sem plano. O objetivo deste estudo é analisar o estado de saúde bucal e sua relação com a posse de PPS exclusivamente odontológico (PPO) e com o tipo de serviço odontológico utilizado (público, privado e plano) por adultos e idosos brasileiros que visitaram dentista no último ano. Este é um estudo transversal utilizando dados de 25.656 brasileiros adultos e idosos provenientes da PNS/2013. As variáveis principais foram o estado de saúde bucal autorreferido (bom, regular, ruim), tipo de plano PPS (plano médico com/sem odontologia, plano exclusivamente odontológico e sem plano) e condições de saúde bucal (com necessidade de prótese e sem uso e com muitas perdas dentárias, com necessidade de prótese e sem uso e com poucas perdas dentárias, com necessidade de prótese e faz uso e com muitas perdas dentárias, com necessidade e faz uso e com poucas perdas dentárias, sem necessidade e sem perda dentária). As demais covariáveis analisadas foram local de atendimento, idade, sexo, raça, escolaridade, renda, cadastro na saúde da família, motivo da consulta e local de moradia. Análises bivariadas foram realizadas utilizando o peso amostral. Regressão logística ordinal para testar a associação entre as variáveis foi realizada no programa R. Neste estudo, 72,8% dos indivíduos avaliaram sua saúde bucal como boa, entre aqueles com PPO este percentual foi de 81,7% e entre os indivíduos sem plano foi de 68,6%. Indivíduos com PPO avaliaram sua saúde melhor comparado àqueles sem plano ($OR=2,11$), após ajustar pelo local de atendimento a chance reduziu para 1,69 e no modelo final a chance diminuiu para 1,20. Os beneficiários de PPO apresentaram chance maior de avaliar positivamente sua saúde bucal quando consultaram através do plano ($OR=1,26$) ou pagaram do bolso ($OR=1,42$) comparado com o serviço público. Em relação às condições de saúde bucal, quanto melhor esta condição maior foi a chance de avaliar positivamente a saúde bucal pelos indivíduos com PPO. Indivíduos com melhores condições de saúde, que não perderam nenhum dente e não precisavam fazer uso de prótese, tiveram uma chance maior ($OR=6,66$) de avaliar positivamente a saúde bucal quando comparado com quem não usava prótese e apresentava poucas perdas dentárias ($OR=3,11$) e com as demais categorias. No entanto, quando foi testada interação entre tipo de plano privado de saúde e as condições de saúde dos indivíduos, os resultados foram diferentes. A posse de PPO não teve resultado significativo para algumas categorias da variável sobre as condições de saúde e para outras categorias reduziu a chance de avaliar positivamente sua saúde bucal. A posse de qualquer PPS está associado com melhor avaliação da saúde bucal entre adultos e idosos. No entanto, os beneficiários avaliaram melhor sua saúde bucal quando utilizaram o serviço privado. É possível que este fato pode estar associado à limitação de cobertura. Assim, é preciso mais rigidez na regulamentação dos PPO, uma vez que pouca diferença foi encontrada nas condições de saúde de seus beneficiários quando comparados com usuários do sistema público. Indicando que a posse de PPO pode não contribuir com melhores condições de saúde dos beneficiários e pode levar a gastos excessivos do beneficiário e do governo. Políticas públicas que estimulam ou facilitam a concorrência entre o sistema dos planos privados com o SUS devem ser vetadas, e políticas para o fortalecimento do SUS precisam ser estimuladas.